

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1: Origem e Evolução Histórica	5
1.1 - Evolução histórica	5
1.2 – O custo dos crimes cibernéticos.....	9
Capítulo 2: Cibercriminalidade e Novos Bens Jurídicos na “Sociedade Líquida” (Bauman) e “De Risco” (Beck)	15
2.1- Conceito de cibercrime.....	15
2.2 - Cibercrime e (novos?) bens jurídicos	20
2.2.1 A sociedade da informação	20
2.2.2 – Bens jurídicos nos crimes cibernéticos. Crimes cibernéticos próprios e impróprios (de replica)	28
Capítulo 3 - Instrumentos Internacionais e os Crimes Cibernéticos no Ordenamento Jurídico Brasileiro	33
3.1 – O Convênio de Budapeste. Objetivos.	35
3.1.1- Harmonizar o direito penal material	35
3.1.1.1 – Infrações contra sistema e dados: Hacking e sabotagem.....	35
3.1.1.2 – Infrações relacionadas com computadores: falsificação e fraude.....	40
3.1.1.3 – Delitos relacionados com o conteúdo: delitos relacionados a pornografia infantil	42
3.1.1.4 – Os delitos contra a propriedade intelectual e dos direitos afins.....	44
3.1.2 - Estabelecer medidas processuais	46

3.1.2.1 – Preservação ágil de dados armazenado de computador	46
3.1.2.2 – Preservação ágil e divulgação parcial de tráfego de dados	47
3.1.2.3 – Pesquisa e apreensão de dados de computador armazenados	47
3.1.2.4 – Obtenção em tempo real de dados informáticos	48
3.1.3 Cooperação internacional.....	48
3.1.3.1 Cooperação internacional e Brasil.....	51
3.2 - Os crimes cibernéticos no ordenamento jurídico brasileiro.....	55
3.2.1 – Invasão de dispositivo informático	56
3.2.2 – Furto qualificado pelo meio digital.....	66
3.2.3 – Estelionato por fraude eletrônica	67
3.2.4 – Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública	70
3.2.5 – Falsificação de documento particular – cartão de crédito	73
3.2.6 – Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia – Revenge porn	77
3.2.7 – Pornografia infantil	78
Capítulo 4: A Cibercriminalidade na Jurisprudencia Brasileira	87
4.1 Infrações contra sistema e dados: “Hacking” e sabotagem na jurisprudência brasileira	90
4.2 Infrações relacionadas com computadores: falsificação e fraude na jurisprudência brasileira	94
4.3 - Infrações relacionados ao conteúdo: pornografia infantil na jurisprudência brasileira.....	102

4.4 - Infrações contra a propriedade intelectual na jurisprudência brasileira	107
Capítulo 5: A Insuficiente Legislação Brasileira. Soluções no Direito Comparado. A Proposta: Criação de Uma Lei Especial de Crimes Cibernéticos	113
5.1 – Análise do Direito Comparado: Os crimes cibernéticos nos países que optaram por uma legislação penal especial.....	114
5.1.1 – Estados Unidos da América	115
5.1.2 – França	118
5.1.3 – Inglaterra	119
5.1.4 – Portugal	120
5.1.5 – China.....	124
5.1.5 – Chile.....	124
5.2– Análise do Direito Comparado: Os crimes cibernéticos nos países que optaram pela criação de tipos penais inseridos na legislação comum.	126
5.2.1 – Alemanha.....	126
5.2.2– Itália	127
5.2.3 – Os crimes cibernéticos no Direito espanhol.....	128
5.2.4 – América do Sul: Argentina e Peru.....	131
5.3 - A PROPOSTA: CRIAÇÃO DE UMA LEI ESPECIAL DE CRIMES CIBERNÉTICOS: Tipificação de novos tipos legais, protegendo (novos) bens jurídicos, em lei especial, divididos em 4 blocos tal como sugerido na convenção de Budapeste.....	132
Conclusão	137
Referências Bibliográficas	145